



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

102

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0320843-7

COMARCA: Recife

APELANTE: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

APELADO: Roberto Barbosa Alexandre

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE. 1. Alega o apelado que "(...) no dia 03 de junho de 2003, pelas 08:00 h, quando retornava para sua residência após o término do exercício de suas atividades de arrumador na empresa BUNGE ALIMENTOS S/A, sofreu um acidente de trabalho, quando foi vítima de assalto à mão armada, no qual resultou ferimento transfixiante no 2º QDE". 2. Aduz "que em decorrência do acontecimento infortunistico e constatada a incapacidade física do suplicante, o mesmo foi afastado de suas atividades laborativas, tendo o réu, após o parecer da sua perícia médica, concedida ao autor o benefício do auxílio-doença por acidente de trabalho, com vigência a partir de 25 de julho de 2003". 3. Por fim, acrescenta que o INSS "em 30 de outubro de 2006, de forma inopinada, resolveu suspender o pagamento do benefício, sob a alegação de que a perícia médica o considerou capaz para voltar a exercer suas atividades laborativas, fato que não corresponde a verdade dos fatos, vez que, em função das sequelas provenientes do acidente de trabalho, a incapacidade para o trabalho persiste e é definitiva, pelo o que o restabelecimento do pagamento do benefício do auxílio-doença acidentário (B-91), se impõe em face do que determina a Lei". 4. O juízo de primeiro grau, julgou parcialmente procedente a ação acolhendo o laudo do perito oficial, o qual reconheceu a redução da capacidade laborativa. 5. Não merece reparo a sentença de primeiro grau porque o segurado, com a perda de movimento do 2º QDE (dedo indicador), em verdade teve sua capacidade laborativa reduzida. 6. Mantida, também, a data inicial para a concessão do benefício, uma vez que houve pedido indeferido na via administrativa. 7. Confirmada, ainda, a verba honorária arbitrada em primeiro grau (em 15%), a qual deverá incidir apenas sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ. 8. Reexame necessário improvido, em ordem a manter a sentença de primeiro grau.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

103

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da
apelação cível nº 0320843-7, acima referenciada, acordam os
Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal
de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário,
prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o
acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0320843-7
 COMARCA: Recife
 APELANTE: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
 APELADO: Roberto Barbosa Alexandre
 RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária para restabelecer o pagamento de auxílio-doença por acidente de trabalho, NPU 0004288-62.2008.8.17.0001, que julgou procedente em parte o pedido do autor.

Na instância ordinária, o apelante pugna pela concessão de auxílio-acidente alegando que *"no dia 03 de junho de 2003, pelas 08:00h, quando retornava para sua residência após o término do exercício de suas atividades de arrumador na empresa BUNGE ALIMENTOS S/A, sofreu um acidente de trabalho, quando foi vítima de assalto à mão armada, no qual resultou ferimento transfixiante no 2º QDE"* (cf. fl. 03).

O INSS, em suas razões recursais (fls. 65/71), afirma que (i) o autor não preenche os requisitos necessários ao gozo do benefício de auxílio-acidente porque *"retornou ao trabalho após o acidente sofrido"* (cf. fls. 66); (ii) ***"o autor não faz jus ao benefício por não haver qualquer indicio de incapacidade, posto que a perícia constatou não haver incapacidade para o trabalho"*** (cf. fls. 67); (iii) a data de início do benefício deve ser a da juntada do laudo do perito oficial; (iv) o percentual da condenação em honorários deve ser reduzido para 5% (cinco por cento); (iv) ***"não foi observada a incidência da prescrição quinquenal nas parcelas devidas"*** (cf. fls. 69,v).

Foram apresentadas as contra-razões (fls. 74/77), nas quais o apelado pugna pelo não provimento do apelo, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

A douta Procuradoria de Justiça (fls. 89/95) opinou pela manutenção da sentença recorrida.

É o relatório

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 28 de abril de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

104

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0320843-7

COMARCA: Recife

APELANTE: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

APELADO: Roberto Barbosa Alexandre

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

O autor ingressou em juízo requerendo a concessão do benefício de auxílio-acidente alegando que:

(...) no dia 03 de junho de 2003, pelas 08:00 h, quando retornava para sua residência após o término do exercício de suas atividades de arrumador na empresa BUNGE ALIMENTOS S/A, sofreu um acidente de trabalho, quando foi vítima de assalto à mão armada, no qual resultou ferimento transfixiante no 2º QDE.

Que em decorrência do acontecimento infortunistico e constatada a incapacidade física do suplicante, o mesmo foi afastado de suas atividades laborativas, tendo o réu, após o parecer da sua perícia médica, concedida ao autor o benefício do auxílio-doença por acidente de trabalho, com vigência a partir de 25 de julho de 2003.

Ocorre que o réu, em 30 de outubro de 2006, de forma inopinada, resolveu suspender o pagamento do benefício, sob a alegação de que a perícia médica o considerou capaz para voltar a exercer suas atividades laborativas, fato que não corresponde a verdade dos fatos, vez que, em função das sequelas provenientes do acidente de trabalho, a incapacidade para o trabalho persiste e é definitiva, pelo o que o restabelecimento do pagamento do benefício do auxílio-doença acidentário (B-91), se impõe em face do que determina a Lei. (cf. fls. 03)

A sentença de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação por entender que (fls. 62/63):

17. O laudo do profissional médico que examinou a parte autora em juízo, respondeu "sim" ao (quesito 2) referente a alguma perturbação funcional ou qualquer moléstia capaz de ter sido ocasionada direta ou indiretamente pelo exercício do trabalho (fl.34). Respondeu "não" ao (quesito 5) se a perda é temporária. Respondeu também, "sim" ao (quesito 8) consolidada a lesão, o paciente sofreu redução da capacidade laborativa que exija maior esforço, ou necessita de adaptação para exercer a mesma atividade da época do acidente, independentemente de reabilitação profissional (fl. 34). Por fim, concluiu o perito: "Houve perda total de movimentos da articulação (articulação) interfalangeanas do 2º QDE.

18. Pelo que se infere dos autos, reconheço a existência do nexo de causalidade entre a doença de que é portador o autor e o exercício do seu trabalho.

19. Assim, pelas razões expostas, em face da comprovação do nexo causal e da redução da capacidade laborativa do autor, julgo procedente, em parte, a presente Ação





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

105

Acidentária, extinguindo o presente feito, com resolução do mérito (art. 269, I, CPC), com a condenação do INSS ao pagamento do auxílio-acidente e abono anual.

20. O auxílio-acidente será mensal e equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício do autor, e será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença acidentário (art. 86, §2º, da Lei nº 8.213/91), implantando-se o benefício com o valor do salário atualizado com aplicação dos índices legais.

21. O salário de benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, de acordo com a Lei nº 9.876, de 26.11.99.

22. As prestações atrasadas, acaso devidas, serão calculadas individualmente e com base no referido salário, corrigidas pelo índice previsto no art. 41-A, da Lei nº 8.213/91, com correção monetária pela tabela ENCOGE, a contar do inadimplemento de cada parcela e de juros moratórios contados a partir da citação válida, da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3º Decreto nº 2.322/87, no período anterior à 24.08.2001, data da publicação da Medida Provisória nº 2.180-35, que acresceu o art. 1º-F a Lei nº 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30.06.2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009, respeitando-se a prescrição quinquenal.

23. O Instituto Réu pagará, ainda, os honorários advocatícios no percentual de 15% (quinze por cento), sobre o valor total da condenação apurado até a data da sentença, tendo em vista o art. 20, §4º do CPC.

Nesse contexto, penso que o segurado, com a perda de movimento do 2º QDE (dedo indicador), em verdade teve sua capacidade laborativa reduzida.

Por isso, cumpre reconhecer que o mesmo faz jus a percepção do auxílio-acidente, o que implica na conseqüente manutenção da decisão *a quo*.

Passo, pois, ao exame da questão relativa ao marco inicial para a concessão do benefício deferido.

O entendimento jurisprudencial prevalecente no STJ aponta no seguinte sentido:

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DATA DA JUNTADA DO LAUDO PERICIAL EM JUÍZO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Afastada suposta violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição.

2. Infere-se, da conjugação dos artigos 23 e 86, § 2º, da Lei nº 8.213/91, que a incapacidade para o trabalho, na ausência de auxílio-doença e de requerimento administrativo, somente pode ser constatada quando da realização do diagnóstico médico, que equivale à apresentação do laudo pericial na instância ordinária, devendo esta data ser considerada como se fosse a do dia do acidente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

106

3. Dessume, portanto, que o auxílio-acidente deve ter, como marco inicial, a juntada do laudo pericial em juízo, ocasião em que foi evidenciado, de forma cabal, o preenchimento de seus requisitos legais. 4. Recurso especial provido para fixar, como termo inicial do auxílio-acidente, a data da juntada do laudo médico-pericial em juízo.

(REsp 965.481/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 12/05/2008)

Dessa diretriz jurisprudencial infere-se que, havendo pedido administrativo indeferido, as diferenças não de ser computadas a partir da cessação do auxílio-doença acidentário.

À vista do exposto, tenho que é de ser mantida a sentença de primeiro grau, no que tange à data inicial para a concessão do benefício, uma vez que houve pedido indeferido na via administrativa (fls. 09).

Mantenho a verba honorária arbitrada em primeiro grau (em 15%), a qual deverá incidir apenas sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ.

Por fim, não merece prosperar o argumento de que não foi respeitada a prescrição quinquenal, uma vez que a sentença foi expressa quanto a sua incidência, conforme se observa às fls. 63.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o **apelo voluntário**, em ordem a manter a sentença de primeiro grau.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello

Relator